

Alerta Legislação nº 17, de 25 a 30 abr. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)

■ **RESOLUÇÃO Nº 4.480, DE 25 DE ABRIL DE 2016**

Dispõe sobre a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
29/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 8.729, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Promulga as emendas à Convenção sobre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD constantes das Resoluções nº 417, de 1987, e nº 596, de 2009, de sua Junta Governativa.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.728, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
28/04/2016	<p><u>LEI Nº 13.275, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica. Mensagem de veto</p> <p><u>DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias</p>

	<p>celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.725, DE 27 DE ABRIL 2016</u> Institui a Rede Intersectorial de Reabilitação Integral e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.724, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e cria o seu Conselho Deliberativo, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.723, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.889, de 29 de junho 2009, que dispõe sobre o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.721, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a execução do Octogésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 18 (84PAACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em 28 de fevereiro de 2011.</p> <p><u>DECRETO DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.</p>
<p>27/04/2016</p>	<p><u>LEI Nº 13.274, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.</p>
<p>26/04/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 8.720, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Decreto nº 66.434, de 10 de abril de 1970, que aprova o Regulamento da Ordem de Rio Branco.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.718, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, firmado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.717, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, firmado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.</p>

<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CASA CIVIL (CCPR) → Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 30 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o procedimento de revisão de ofício de informação classificada em grau de sigilo secreto e ultrassecreto de que trata o art. 47, inciso I, e art. 51 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012(*). <i>(*) Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre a publicação do rol de informações desclassificadas, nos termos do art. 45, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Propõe a Excelentíssima Senhora Presidenta da República a alteração do Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, para incluir no Programa Nacional de Desestatização - PND as rodovias federais abaixo indicadas.</p> <p>CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) <u>PORTARIA Nº 784, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Programa de Fomento à Integridade Pública da Controladoria-Geral da União, para a administração pública, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 750, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Programa de Integridade da Controladoria-Geral da União</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 134, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o estabelecimento da poligonal de entorno da Casa de Chico Mendes, situada no Município de Xapuri, no Estado do Acre, bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN e fixa critérios para intervenções nos bens inseridos na referida área.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 5/MD, DE 5 DE ABRIL DE 2016</u> Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a edição de atos relativos a adidos, adjuntos e auxiliares de adidos militares junto às Missões Diplomáticas Brasileiras.</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) → → Tribunal Marítimo</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016 (*)</u> Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM). (*) Portaria publicada originariamente no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 2016 e republicada por força do disposto no art. 4º, da Lei 11.419/06.</p> <p>COMANDO DO EXÉRCITO (COMEXE) ↳ Comando Logístico (COLOG) <u>PORTARIA Nº 25-COLOG, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> EB: 0001019.00004122/2016-51 Estabelece normas para a aquisição, o registro, o cadastro e a transferência de propriedade de arma de fogo de uso restrito, na indústria nacional, para uso particular, por membros do Ministério Público da União e dos Estados e por membros da Magistratura e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 183, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 8, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Cria indicadores de qualidade para a Educação Superior e institui Grupo de Trabalho para elaboração e definição de metodologia para sua implementação.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Cadastro Nacional de Concluintes dos cursos de graduação - CNC.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.480, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.479, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.478, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a Resolução nº 1.775, de 6 de dezembro de 1990, que dispõe sobre critérios de enquadramento nos limites de diversificação de risco e sobre a aquisição de valores mobiliários de emissão de empresas ligadas.</p> <p>↳ Área de Regulação - Departamento de Regulação do Prudencial e Cambial <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.765, DE 26 DE ABRIL DE 2016(*)</u> Altera a Carta Circular nº 3.316, de 30 de abril de 2008, que detalha a composição do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE). (*) Republicada por ter saído, no DOU de 27-4-2016, Seção 1, pág. 17, com incorreção no original.</p>

	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO</u> (Publicado no DOU de 11-3-2016) CONVÊNIO ICMS 93, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 (*) Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.</p> <p><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 8, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.632, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova a 2ª edição do Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.631, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece regras especiais sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, relativos à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016.</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 20 DE ABRIL DE 2016</u> Autoriza a Base Aérea de São Paulo, em caráter excepcional, a realizar a operação que especifica no dia 23/04/2016.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 490, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno da Polícia Federal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 486, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica.</p> <p><u>PORTARIA Nº 485, DE 22 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente dos grupos indígenas Kokama e Tikuna a Terra Indígena RIOZINHO com superfície aproximada de 362.495 ha (trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco hectares) e perímetro também aproximado de 461 km (quatrocentos e sessenta e um quilômetros) (...)</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 86, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015(*). (*) <i>Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.</i></p> <p>SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) → Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos <u>PORTARIA Nº 186, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício</p>

	<p>de 2016, de que trata a Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.081, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2015(*)</u> Exclui estabelecimento de saúde do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos e deduz recursos do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de São Paulo, Estado de São Paulo. <i>(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 242, de 18 de dezembro de 2015, seção I, página 71, com incorreção no original.</i></p> <p><u>PORTARIA Nº 833, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Fica alterada a forma de financiamento do medicamento somatropina e incluídas todas as apresentações do medicamento com registro válido junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</p> <p><u>PORTARIA Nº 834, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde.</p> <p><u>PORTARIA Nº 832, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 831, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 825, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas.</p> <p><u>PORTARIA Nº 820, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família, equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.056, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 15080267, do medicamento Moment (capsaicina), 0,25 mg/g creme dermatológico, da empresa Apsen Farmacêutica S/A. (CNPJ 62.462.015/0001-29). (...)</p> <p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA Nº 45, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Grupo de Trabalho para revisão do Guia de Vigilância em Saúde.</p>

<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 148, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual, e outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 39, de 19 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-E).</p> <p><u>PORTARIA Nº 146, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração de projetos e aprova as especificações mínimas da unidade habitacional e as especificações urbanísticas dos empreendimentos destinados à aquisição e alienação com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, e contratação de operações com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - P M C M V.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 23, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 182, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015</u> Recomenda, ao Ministério das Cidades, a criação de modalidade específica de atendimento habitacional por meio de melhorias habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltada às famílias de baixa renda moradoras de assentamentos precários.</p> <p>CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Aprova alterações no Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO Nº 148, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece período de transição para os sistemas de registros de acidentes dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.</p>
<p>Ministério das Comunicações (MC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.714, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Renumerar e alterar o parágrafo único e incluir o § 2º ao art.1º da Portaria MC nº 378, de 22 de janeiro de 2016, nos seguintes termos: § 1º A relação dos municípios afetados pelo cronograma do desligamento da transmissão analógica em 2017 está estabelecido no Anexo V desta Portaria. (NR) (...)</p>

<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 5, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece as condições e os procedimentos para fornecimento de informações de unidades consumidoras associadas às atividades de irrigação e aquicultura para a Agência Nacional de Águas - ANA</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 713, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Regimento Interno aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 436, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º O titular de concessões ou autorizações de empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de domínio da União, que não tenha outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pela ANA, e cujas concessões ou autorizações tenham sido emitidas até a edição da Resolução ANA nº 131, de 11 de março de 2003, e que estejam em vigor na data de publicação desta Resolução deverão, além de atender ao disposto no §3º do uso de recursos hídricos, segundo cronograma disposto no caput do Artigo 2º da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1305, de 2015. (...)</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 124, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 322.732.737,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Previdência Social</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 491, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Regulamenta o compartilhamento de informações relativas a benefícios por incapacidade, aposentadoria especial, acidentes de trabalho e fiscalizações do trabalho entre a Secretaria Especial de Previdência Social e a Secretaria Especial do Trabalho.</p> <p><u>PORTARIA Nº 472, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre os critérios a serem aplicados na gradação da multa de valor variável prevista no artigo 2º, da Lei nº 12.436 de 6 de julho de 2011 que veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 459, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Fixa quantitativos de vagas para reversão de aposentadoria e</p>

	estabelece critérios para sua concessão no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
30/04/2016	SUPLEMENTO <u>RELAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES-ATIVIDADES E EMPREGOS PÚBLICOS, PROVIDOS/PREENCHIDOS E VAGOS, DOS QUADROS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIAS COM FUNDAMENTO NO § 5º DO ARTIGO 115 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 05 DE OUTUBRO DE 1989.</u> SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
29/04/2016	<u>DECRETO Nº 61.951, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Altera dispositivo que especifica do Decreto nº 61.361, de 8 de julho de 2015 , que institui o Comitê Paulista das OLIMPIADAS 2016, com o objetivo de coordenar e articular as ações preparatórias para a realização dos jogos olímpicos no Estado de São Paulo, e o Comitê Paulista do Esporte Olímpico, com o objetivo de desenvolver políticas públicas para o esporte e o paradesporto no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.948, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Dá nova redação a dispositivo que especifica do Decreto nº 61.750, de 23 de dezembro de 2015 , que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica
28/04/2016	<u>DECRETO Nº 61.942, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, instituída pela Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009 , relativo ao exercício de 2015 <u>DECRETO Nº 61.943, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Coloca à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, veículos da administração direta e indireta do Estado e dá providências correlatas
27/04/2016	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.287, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Altera a Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013 , que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar – DEJEM, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá providências correlatas

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 20, DE 19-4-2016</u> Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar e padronizar os procedimentos administrativos no âmbito da Coordenadoria de Defesa Agropecuária</p>
Cultura (SC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 28, DE 28-4-2016</u> Altera e derroga a Resolução SC 100, de 21-09-2015(*) (*) <i>Designa membros para comporem, no âmbito da Secretaria da Cultura, o Núcleo de Gerenciamento, para a análise técnica e documental dos proponentes de projetos destinados à obtenção do incentivo fiscal do Programa de Ação Cultural - ProAC</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO SC - 27, DE 28-4-2016</u> Altera e derroga a Resolução SC 96, de 22-11-2011(*) (*) (...) Artigo 1º - Esta resolução tem o objetivo de estabelecer as normas para o cadastramento de proponentes, a apresentação de projetos, sua aprovação e execução e a prestação de contas no Programa de Ação Cultural – ProAC – ICMS da Secretaria de Estado da Cultura – SEC (...)</p>
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) – Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS, Nº 1275, DE 26-04-2016</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2016, para ingresso nos cursos de graduação (presencial e a distância), das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e dispõe sobre assuntos correlatos</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA DA CHEFE DE GABINETE, DE 28-4-2016</u> Manutenção Preventiva e Corretiva de Prédios Escolares</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF-49, DE 29-04-2016</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF- 46, DE 27-4-2016</u> (...) Artigo 1º - O valor do Índice de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária - ICAT, referente aos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT, relativo à Participação nos Resultados – PR do período de avaliação anual</p>

	<p>encerrado em 31 de dezembro de 2015, corresponde a 114,11% (cento e quatorze inteiros e onze centésimos por cento), sendo sua apuração consubstanciada na nota técnica anexa a esta resolução. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF/APE-495, DE 20-04-2016</u> (...) aprova os Índices de Preços da Construção Civil e dos Serviços Gerais com Predominância de Mão de Obra de qualquer natureza, processados até o mês de março de 2016. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF/APE-494, DE 20-04-2016</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF-45, DE 26-04-2016</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de fevereiro de 2016</p>
<p>Logística e Transportes (SLT)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA SUP/DER - 24, DE 27-4-2016</u> Estabelece velocidade máxima na SP 320, nos trechos que especifica. (3.3)</p>
<p>Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR</p>	<p>UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) PLANEJAMENTO E GESTÃO UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS - UCRH COMUNICADO <u>GRADE DE SUBSTITUIÇÃO – BIÊNIO 2016-2017</u> Comunicamos que a Imprensa Oficial do Estado publicará Suplemento em 14 de maio de 2016, com a Relação de Cargos, Funções de Direção, Chefias e Encarregatura. Os órgãos setoriais de recursos humanos deverão transmitir suas relações diretamente à Imprensa Oficial do Estado pelo e-mail grade1617@imprensaoficial.com.br, até 28/04/2016. Instruções para envio dos arquivos: - assunto do e-mail: Grade Biênio 2016/2017 - o arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação Quaisquer esclarecimentos entrar em contato com a Imprensa Oficial do Estado pelo telefone: Sobre transmissão e publicação: SAC 0800 01234 01</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 37, DE 25-4-2016</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, referente à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, através das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço – CIES, e dá providências correlatas.</p>

<p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-10, DE 26-04-2016</u> Estabelece medidas de contenção de despesas</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO USP-7.196, DE 27-4-2016</u> Altera e acrescenta dispositivos no Estatuto da Universidade de São Paulo</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-33, DE 25-4-2016</u> Altera a Resolução 57/2014, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos estágios curriculares dos cursos de graduação da Unesp</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p style="text-align: center;">SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>30/04/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 369, DE 2016</u> Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias - 2017 DOE, Legislativo, 30/04/2016, p. 9</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS RELAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO 5º DO ARTIGO 115 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO DOE, Legislativo, 30/04/2016, p. 58</p>
<p>29/04/2016</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1168, DE 2015</u> Mensagem A-nº 49/2016, do Sr. Governador do Estado (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva denominar "Antonio Furlan" o viaduto que dá acesso à pista leste da Rodovia Presidente Castello Branco - SP 280, localizado no km 22,300, sentido Capital, no Bairro Tamboré, em Barueri. (...) DOE, Legislativo, 29/04/2016, p. 9</p>
<p>28/04/2016</p>	<p>OFÍCIOS Resultados dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015 Aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2015 DOE, Legislativo, 28/04/2016, p. 10</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 359, DE 2016</u> Dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Restaurante Popular Bom Prato. DOE, Legislativo, 28/04/2016, p. 59</p>

PROJETO DE LEI Nº 356, DE 2016

Disciplina a publicação de Estatística Criminal, institui a Base de Dados de Consulta Pública de Estatística Criminal e dá outras providências.
[DOE, Legislativo, 28/04/2016, p. 58](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO GP Nº 07/2016

O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA aos órgãos jurisdicionados das áreas estadual e municipal que está finalizando o desenvolvimento do módulo "Licitações e Contratos" - Fase IV do Sistema AUDESP.

Este novo módulo da auditoria eletrônica busca selecionar, por meio de regras previamente estabelecidas, os ajustes que serão objeto de acompanhamento de suas execuções, de forma a permitir maior eficiência e eficácia nas ações da fiscalização e, com isso, auferir a qualidade e resultados alcançados com essas contratações.

No período de 27/04 a 24/06/2016, será realizado, em caráter facultativo, um novo Piloto de Testes da Fase IV do Sistema AUDESP, com a finalidade de oferecer aos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais a oportunidade de efetuar a remessa eletrônica dos dados de suas licitações, contratos e execuções contratuais, tanto de forma interativa como em lote, utilizando a versão final do Sistema.

Para participar deste piloto, os gestores responsáveis pelo gerenciamento do perfil de acesso dos usuários dos seus respectivos órgãos, deverão efetuar o cadastramento dos servidores que terão acesso ao AUDESP Fase IV, no Sistema de Delegação de Responsabilidade, no ícone "AUDESP - Licitações e Contratos".

Concluído o período de teste, a partir do dia 04/07/2016 a remessa eletrônica das informações de licitações, contratos e execução contratual, passa a ter caráter compulsório. Em função disto, desta data em diante:

a) Os órgãos estaduais e municipais que efetuavam a remessa de contratos e atos jurídicos análogos nos termos das vigentes Instruções 01 e 02 de 2008, só deverão fazê-lo mediante requisição que lhes será expedida noticiando-lhes que determinado ajuste foi selecionado para o exame de estilo;

b) O Sistema de Seletividade deverá ser utilizado apenas para remessa de Ajuste do 3º Setor, somente pelos órgãos municipais sujeitos a remessa eletrônica, via Sistema AUDESP (Fases I e II), de dados contábeis, Peças de Planejamento e Prestação de Contas Anuais.

c) Os órgãos municipais e estaduais não enquadrados na alínea "b" continuarão a remeter os ajustes do 3º Setor na forma prevista nas Instruções vigentes.

A remessa de dados eletrônicos de licitações, contratos e execuções contratuais, bem como das aquisições por dispensa/inexigibilidade, de valor igual ou superior a R\$ 5.887,50, equivalente a 250 (duzentos e cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP, deverá ser efetuada obedecendo-se os seguintes prazos:

Informações	Prazo
Licitações Anuladas, Desertas, Fracassadas, Revogadas.	05 dias a contar da data da publicação do respectivo ato que concluiu o certame.
Licitações Adjudicadas	10 dias a contar da data da assinatura do Contrato ou do Ajuste Congênere.

Execução Contratual Etapa: – Liquidação da Despesa	07 dias a contar a partir da data da Liquidação da Despesa
Execução Contratual Etapa: – Pagamento da Despesa	07 dias a contar a partir da data do Pagamento da Despesa.

Dúvidas e esclarecimentos sobre a Fase IV do Sistema AUDESP deverão ser encaminhadas pelo canal "Fale Conosco", disponível na página <http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/>.
Publique-se.

G.P., em 25 de abril de 2016

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Presidente

[DOE, Legislativo, 28/04/2016, p. 66](#)

COMUNICADO GP Nº 08/2016

Contagem de Prazos Processuais

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que, com a entrada em vigor da [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#), novo Código de Processo Civil, alterou-se a forma de contagem dos prazos processuais, quando fixados em dias, consoante o seu artigo 219;

CONSIDERANDO as relevantes razões envolvendo, sobretudo segurança jurídica aos que lidam com o processo de contas, e que recomendam prestigiar a nova disposição legal, de caráter geral, estendendo sua aplicabilidade também a processos que tramitam perante esta Corte de Contas;

CONSIDERANDO, ainda, as disposições do artigo 119 da [Lei Complementar Estadual n. 709/93](#) sobre aplicação supletiva da legislação federal, no caso de ausência de norma específica à matéria disciplinada na Lei Orgânica deste Tribunal; e

CONSIDERANDO a proposta sobre a questão da contagem de prazos formulada pela Comissão de Estudos para alteração de normas regimentais (TC-A 20613/026/10) à luz do novo Código de Processo Civil;

COMUNICA que, na contagem de prazos processuais em dias, estabelecidos por norma, Auditor ou Conselheiro, computar-se-ão somente os dias úteis.

GP, em 27 de abril de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO

Presidente

[DOE, Legislativo, 28/04/2016, p. 66](#)

27/04/2016

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 354, DE 2016

Dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani no Estado.

[DOE, Legislativo, 27/04/2016, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 353, DE 2016

Classifica Cajobi como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 27/04/2016, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 351, DE 2016

Mensagem A-nº 48/2016, do Senhor Governador do Estado

	<p>(...) Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a alienar, mediante doação, ao Município de Itapira, o imóvel que especifica. (...) DOE, Legislativo, 27/04/2016, p. 14</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 350, DE 2016</u> Mensagem A-nº 47/2016, do Senhor Governador do Estado (...) Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Espírito Santo do Pinhal, o imóvel que especifica. (...) DOE, Legislativo, 27/04/2016, p. 14</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
30/04/2016	<p>SUPLEMENTO DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD <u>EDITAL 008/16 - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO</u></p>
29/04/2016	<p><u>DECRETO Nº 56.954, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Institui a Declaração Tributária de Obra Licenciada - DTOL e regulamenta o inciso I do § 5º do artigo 9º da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, acrescido pela Lei nº 16.272, de 30 de setembro de 2015.</p>
26/04/2016	<p><u>LEI Nº 16.428, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> (Projeto de Lei nº 407/13, do Vereador David Soares – DEMOCRATAS) Dispõe sobre a instalação de ar refrigerado em no mínimo 80% (oitenta por cento) da frota dos ônibus que operam no sistema de transporte coletivo urbano de passageiros, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 56.947, DE 25 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre a destinação de itens residuais de uniforme, material escolar, pedagógico ou de apoio pela Secretaria Municipal de Educação.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107